



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios (café, chá, açúcar e adoçante), destinada a atender as necessidades da Câmara Municipal durante o exercício de 2021.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justificamos que a despesa ora pretendida destaca-se pela necessidade de disponibilizar e garantir o fornecimento de café e chá no edifício da Câmara, haja vista a necessidade de manter as atividades, visando atender ao consumo dos vereadores, servidores e demais frequentadores desse órgão durante o exercício de 2021.

2.2. Diante da justificativa apresentada, resta esclarecida a necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento dos gêneros alimentícios abaixo especificados, de maneira adequada as atividades institucionais desta Casa, em cumprimento aos requisitos legais para a realização da despesa.

3. DO LOCAL, PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA

3.1. Serão entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência nas seguintes condições:

- a) Na sede da Câmara Municipal, situada **Rua Pedro Velho, 1291 – Centro – Pau dos Ferros/RN, CEP 59.900-000;**
- b) No horário das 07h00min às 13h00min, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, telefone (84) 3351-2904;
- c) No prazo máximo 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra.

**Rua Pedro Velho, 1291- Centro - CNPJ: 08.392.946/0001-52
Telefone: (84) 3351-2904 - CEP: 59.900-000 - Pau dos Ferros-RN
Site: www.camarapaudosferros.rn.gov.br | E-mail:
contato@camarapaudosferros.rn.gov.br**



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato



- 3.2. Os gêneros alimentícios serão recebidos, provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 3.3. A verificação da conformidade das especificações dos gêneros alimentícios ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, os gêneros alimentícios serão recebidos definitivamente, mediante **“atesto” na Nota Fiscal/Fatura**, com a consequente aceitação dos objetos;
- 3.4. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada dos gêneros alimentícios, estes serão rejeitados, em todo ou em parte, conforme dispõe o Art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para a CMPF, devendo o licitante vencedor reapresentá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição;
- 3.5. Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o licitante vencedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que os gêneros alimentícios substituídos passarão pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega;
- 3.6. Caberá ao vencedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega dos gêneros alimentícios a serem substituídos;
- 3.7. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria;
- 3.8. A CMPF reserva-se o direito de impugnar os gêneros alimentícios entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência;
- 3.9. Somente será permitido material novo de acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, fora do padrão ou de qualidade duvidosa;
- 3.10. Quanto ao prazo de validade dos gêneros alimentícios, as seguintes condições deverão ser observadas:



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato



3.10.1. Gêneros alimentícios sujeitos a prazos de validade definidos pela legislação inferiores a 1 (um) ano, deverão ser fornecidos com pelo menos metade dessa validade ainda vigente;

3.10.2. Materiais sujeitos a prazos de validade definidos pela legislação superiores a 1 (um) ano, deverão ser fornecidos com validade mínima de 1 (um) ano.

4. DOS PRODUTOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

4.1. Os produtos em referência correspondem aos gêneros alimentícios especificados a seguir:

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÕES DO MATERIAL	UNDADE	QUANTIDADE
01	CAFÉ TORRADO E MOÍDO	- Apresentação: em pó fino, homogêneo, torrado e moído. - Acondicionamento: embalagem de 250g, contendo selo de pureza, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, com especificação dos ingredientes, informações do fabricante e data de vencimento estampada na embalagem. Produto final de qualidade ao serem seguidas as instruções de preparo do rotulo café torrado e moído, de 1ª qualidade, acondicionados em pacotes. - Validade do produto será de no mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.	PACOTE	150
02	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA	- Sabor folhas de capim cidreira (Cymbopogon citratus Stapf).	CAIXA	25



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato



		<ul style="list-style-type: none">- Apresentação: em caixa com 10 (dez) saquinhos contendo, no mínimo, 10 g cada, de 1ª qualidade.- Validade: 12 (doze) meses, contados da data da entrega.- Acondicionamento: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.		
03	CHÁ DE ERVA DOCE	<ul style="list-style-type: none">- Sabor frutos de erva doce nacional (Foeniculum vulgare).- Apresentação: em caixa com 10 (dez) saquinhos contendo, no mínimo, 10 g cada, de 1ª qualidade.- Validade: 12 (doze) meses, contados da data da entrega.- Acondicionamento: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.	CAIXA	25
04	CHÁ DE HORTELÃ	<ul style="list-style-type: none">- Sabor folhas de hortelã (Mentha piperita L.).- Apresentação: em caixa com 10 (dez) saquinhos contendo, no mínimo, 10 g cada, de 1ª qualidade.- Validade: 12 (doze) meses, contados da data da entrega.	CAIXA	25



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato



		- Acondicionamento: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.		
05	CHÁ DE BOLDO	<ul style="list-style-type: none">- Sabor folhas de boldo (Peumus boldus Molina).- Apresentação: em caixa com 10 (dez) saquinhos contendo, no mínimo, 10 g cada, de 1ª qualidade.- Validade: 12 (doze) meses, contados da data da entrega.- Acondicionamento: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.	CAIXA	25
06	CHÁ DE CAMOMILA	<ul style="list-style-type: none">- Sabor capítulos florais de camomila (Matricaria recutita L.).- Apresentação: em caixa com 10 (dez) saquinhos contendo, no mínimo, 10 g cada, de 1ª qualidade.- Validade: 12 (doze) meses, contados da data da entrega.- Acondicionamento: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.	CAIXA	25
07	AÇÚCAR REFINADO, GRANULADO	- Apresentação: cristal, refinado, granulado, na cor branca, de sacarose de cana-de-açúcar de 1ª qualidade.	PACOTE	150



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato



		<ul style="list-style-type: none">- Validade 12 (doze) meses, contados da data da entrega.- Acondicionamento: em pacotes de 1(um) quilograma. A embalagem deverá conter dados de identificação, data de fabricação e validade e número do lote.- Adicionais: não será permitida a presença de dióxido de enxofre (SO₂) na análise final do produto (Resolução 04/88 - CNS/MS de 24/11/1988).		
08	ADOÇANTE LÍQUIDO	<ul style="list-style-type: none">- Adoçante líquido à base de sucralose;- Totalmente puro;- Dietético;- Bico dosador;- Frasco com 100ml;- Embalagem original do fabricante constando: registro do ministério da saúde, químico responsável, informações do fabricante, indicação de uso, composição, data de fabricação/validade;- Validade mínima: 12 (doze) meses, contados da data da entrega.	FRASCO	15

5. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

5.1. A empresa CONTRATADA se compromete a entregar os produtos no endereço indicado conforme o Termo de Referência, sem nenhum custo adicional;

Rua Pedro Velho, 1291- Centro - CNPJ: 08.392.946/0001-52
Telefone: (84) 3351-2904 - CEP: 59.900-000 - Pau dos Ferros-RN
Site: www.camarapaudosferros.rn.gov.br | E-mail:
contato@camarapaudosferros.rn.gov.br



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**



5.2. Em relação a todos os itens aplicam-se as disposições da Lei nº 8.078, de 11.09.1990, e alterações (Código de Defesa do Consumidor).

6. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1. A fiscalização do objeto da presente contratação pela CMPF será exercida por profissional designado para tal finalidade, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.;
- 6.2. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CMPF, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;
- 6.3. O profissional designado receberá os gêneros alimentícios, cabendo-lhe:
- 6.3.1. A conferência qualitativa e quantitativa dos gêneros alimentícios, recusando-os caso não esteja dentro dos limites das especificações técnicas deste Termo de Referência;
- 6.3.2. Proceder de forma criteriosa ao seu recebimento e guarda.
- 6.4. A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração;
- 6.5. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, dentre outros.

7. DA ESTIMATIVA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1. O valor total estimado para a contratação, será formado por procedimentos de planejamento e levantamento, conforme o setor de COMPRAS E CONTRATOS da CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS;

Handwritten signature



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**



7.2. As despesas para atender ao objeto ora pretendido, encontram-se alocados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Pau dos Ferros, Exercício 2021, necessitando ser apropriadas da existência de saldo na dotação orçamentária própria conforme levantamento do setor CONTÁBIL da CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS, cujo as despesas específicas constarão da respectiva Nota de Empenho.

8. DA PROPOSTA

8.1. A proposta, que compreende a descrição dos gêneros alimentícios ofertados, preço unitário, preço total e validade, deverá ser compatível com o Termo de Referência e seus anexos, bem como atender às seguintes exigências:

- a) conter as especificações dos gêneros alimentícios de forma clara, descrevendo detalhadamente as características do produto ofertado, incluindo especificação de marca, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as características do material;
- b) no preço ofertado deverão estar incluídos ainda, todos os custos diretos e indiretos, inclusive, frete, seguro, impostos, taxas e outras despesas que incidam ou venham incidir no fornecimento e entrega dos gêneros alimentícios.

9. DO PAGAMENTO E DA VIGÊNCIA

9.1. A Vigência correrá até o fim do exercício de 2021, contados a partir do primeiro dia subsequente ao da assinatura do Contrato e/ou autorização para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

9.2. O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Pau dos Ferros/RN em até 05 dias úteis contados da apresentação da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente, acompanhado de regularidade fiscais nos casos de obrigações de BAIXO VALOR, assim definidos nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução nº 032/2016 TCR/RN; ou de no máximo 30 dias contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos;

**Rua Pedro Velho, 1291- Centro - CNPJ: 08.392.946/0001-52
Telefone: (84) 3351-2904 - CEP: 59.900-000 - Pau dos Ferros-RN
Site: www.camarapaudosferros.rn.gov.br | E-mail:
contato@camarapaudosferros.rn.gov.br**



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**



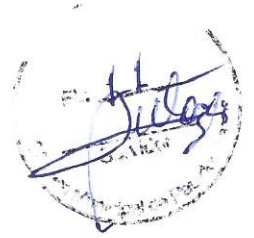
- 9.2.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.3. O pagamento será creditado em conta bancária, por meio de transferência eletrônica de valores em favor da empresa CONTRATADA, conforme indicado na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 9.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CPMF.

10. MÉTODO DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

- 10.1. A Contratação será feita com a prestadora que atenda ao disposto no presente Termo de Referência e de acordo com a proposta mais vantajosa para a Administração;
- 10.2. A empresa deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação;
- 10.3. A regularidade fiscal deverá ser comprovada mediante as seguintes certidões:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e
 - d) certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, idênticas em quantidade e espécie às que tenham sido exigidas para efeito de habilitação e qualificação, previamente à contratação.



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato



11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 11.1.1. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE;
- 11.1.2. Entregar os gêneros alimentícios conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;
- 11.1.3. Entregar os produtos no prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 11.1.4. Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos gêneros alimentícios fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.;
- 11.1.5. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela EPL, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;
- 11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.1.7. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- 11.1.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CMPF e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 11.1.9. Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, transporte, taxas de frete ou seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da CMPF;
- 11.1.10. Comunicar à CMPF, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.1.11. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CMPF;



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**



- 11.1.12. Prestar esclarecimentos à CMPF sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 11.1.13. Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras;
- 11.1.14. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CMPF, cujas reclamações se obriga a atender;
- 11.1.15. Qualquer dano causado ao patrimônio da CMPF na entrega dos gêneros alimentícios, serão ressarcidos pela licitante vencedora, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 12.1.1. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos gêneros alimentícios;
- 12.1.2. Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos gêneros alimentícios e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;
- 12.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 12.1.4. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos produtos, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 12.1.5. Estando os gêneros alimentícios de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência;

**Rua Pedro Velho, 1291- Centro - CNPJ: 08.392.946/0001-52
Telefone: (84) 3351-2904 - CEP: 59.900-000 - Pau dos Ferros-RN
Site: www.camarapaudosferros.rn.gov.br | E-mail:
contato@camarapaudosferros.rn.gov.br**



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**



- 12.1.6. A CMPF deverá acompanhar os prazos de entrega, exigindo que a CONTRATADA tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93 e demais cominações legais;
- 12.1.7. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não-recebimento dos gêneros alimentícios, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;
- 12.1.8. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, a serem aplicadas pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações penais;
- 13.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:
- a) Advertência por escrito quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - b) Multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado;
 - c) Multa de 12% (doze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total das obrigações contidas neste Termo de Referência;
 - d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - e) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**



se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002.

- 13.3. Considerar-se-á descumprido totalmente o contrato quando, injustificadamente, o atraso para o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência ultrapassar 05 (cinco) dias úteis, ensejando a aplicação de penalidade da alínea d do item anterior, bem como a rescisão do Contrato;
- 13.4. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas;
- 13.5. As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, bem como de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e de descredenciamento do SicaF poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 13.6. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da Município de Pau dos Ferros;
- 13.7. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;
- 13.8. Se a CONTRATADA não recolher, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, o valor da multa que porventura lhe for aplicada, será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.
- 13.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à CONTRATADA, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

**Rua Pedro Velho, 1291- Centro - CNPJ: 08.392.946/0001-52
Telefone: (84) 3351-2904 - CEP: 59.900-000 - Pau dos Ferros-RN
Site: www.camarapaudosferros.rn.gov.br | E-mail:
contato@camarapaudosferros.rn.gov.br**



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

- 13.10. A CONTRATANTE poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei;
- 13.11. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou do crédito existente na CONTRATANTE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei;
- 13.12. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da CONTRATANTE, devidamente justificado;
- 13.13. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF;
- 13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- 13.15. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. A Empresa deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos garrafões de água mineral, sem qualquer ônus à CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS;
- 14.2. A Nota de Empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62, Inc. II, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Pau dos Ferros, em 30 de junho de 2021.

KÉCIO LEOCÁRDIO DO RÊGO
Secretário de Administração.

Rua Pedro Velho, 1291- Centro - CNPJ: 08.392.946/0001-52
Telefone: (84) 3351-2904 - CEP: 59.900-000 - Pau dos Ferros-RN
Site: www.camarapaudosferros.rn.gov.br | E-mail:
contato@camarapaudosferros.rn.gov.br